

Philanthropy and Digital Civil Society: Blueprint 2024
Lucy Bernholz
Stanford PACS (Center on Philanthropy and Civil Society), 2023
Resumo traduzido por Instituto Toriba, com recursos de IA

A publicação se estrutura como uma intervenção política disfarçada de “previsão de indústria”: sua tese central é que já não dispomos das ferramentas analíticas, institucionais ou epistemológicas para prever o futuro — e que insistir nisso é parte do problema. Em vez de estabilidade, habitamos uma ruptura expandida, onde democracia, tecnologia e economia operam sob ataque e recomposição simultâneos. O texto desloca a filantropia de um campo técnico para um campo de disputa política sobre o próprio sentido de sociedade civil.

No núcleo argumentativo, emerge uma formulação decisiva: não estamos em transição, mas em descontinuidade. As estruturas que organizavam a vida pública — modelos econômicos, instituições democráticas, formas de participação — perderam aderência à realidade. A autora propõe que a sociedade civil digital não é apenas um setor, mas um campo híbrido e instável onde coexistem práticas emancipatórias e mecanismos de captura, especialmente mediadas por tecnologias como a inteligência artificial.

A engrenagem interna do material recusa linearidade e previsão. Em vez disso, organiza-se como um dispositivo de *sensemaking*: ensaios analíticos, exercícios práticos, perguntas críticas e mapas conceituais que convidam o leitor a interpretar sinais em meio ao ruído. A substituição de “previsões” por “perguntas críticas” é um gesto político que reconhece a falência das lógicas tradicionais de planejamento diante da complexidade contemporânea.

Essa arquitetura também amplia radicalmente o escopo do que conta como filantropia e sociedade civil. O texto desmonta a centralidade de ONGs e fundações e introduz uma ecologia expandida: redes informais, DAOs (Decentralized Autonomous Organizations), mutual aid (ajuda mútua), plataformas digitais, estruturas híbridas entre lucro e impacto. O argumento é que continuar medindo o campo com categorias antigas produz cegueira estratégica — e reforça estruturas de poder já consolidadas.

O movimento crítico mais contundente aparece na análise dos híbridos institucionais. A proliferação de organizações que combinam lógica de mercado, influência política e narrativa filantrópica dissolve fronteiras regulatórias e éticas. O caso da governança da IA funciona como laboratório: ali, modelos híbridos revelam tanto a possibilidade de inovação quanto o risco de opacidade e concentração de poder, indicando um desalinhamento profundo entre regulação existente e práticas emergentes.

No plano tecnológico, a obra recusa a euforia instrumental. A inteligência artificial não é tratada como ferramenta, mas como infraestrutura de poder. A questão colocada não é sobre como usamos a IA, mas como ‘ela’ nos usa — reconfigurando relações sociais, econômicas e políticas. Ao criticar a captura da sociedade civil por ciclos anteriores (como redes sociais), o texto propõe uma postura de recusa estratégica frente ao hype tecnológico.

No campo da prática, o material propõe uma reorientação das capacidades institucionais: menos planejamento rígido, mais experimentação situada; menos previsões, mais leitura coletiva de contexto; menos centralização, mais diversidade cognitiva. O exercício de *sensemaking* aparece como prática organizacional chave — não para reduzir incerteza, mas para operar dentro dela com maior densidade relacional e interpretativa.

O fechamento é uma convocação implícita, mas contundente: se a sociedade civil é hoje o próprio campo de batalha, não há neutralidade possível. O texto chama seus leitores — especialmente aqueles inseridos em estruturas de filantropia e impacto — a abandonarem ilusões de estabilidade e a assumirem seu papel na disputa por futuros democráticos.

Obra original:

https://drive.google.com/file/d/1ajcjqwzt2jKog0_tya2VhEZOQnFpil-/view?usp=drive_link